

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2019

Apensados: PDL n 8, de 2019, PDL nº 15/2019, PDL nº 29/2019, PDL nº 31/2019, PDL nº 32/2019, PDL nº 34/2019, PDL nº 35/2019, PDL nº 77/2019, PDL nº 96/2019, PDL nº 229/2020, PDL nº 133/2021, PDL nº 160/2023 e PDL nº 484/2023

Susta o Decreto nº 9.642/2018, que "Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica".

Autor: Deputado HEITOR SCHUCH

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I – RELATÓRIO

Tendo sido designado relator ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2019, verifiquei já haver, acostados ao procedimento, neste Colegiado, votos sobre a matéria muito semelhantes, os quais não chegaram a ser apreciados. As diferenças são mínimas na redação desses votos e se devem, em geral, à agregação de novo apenso. Sigo esse procedimento, fazendo pequenas alterações ao último voto acostado, de 21 de novembro de 2023, de autoria do Deputado Dr. Victor Linhalis, agora para acrescentar ao voto a última proposição que foi apensa, o PDL nº 484, de 2023.

O projeto de decreto legislativo, de autoria do Deputado Heitor Schuch, visa a sustar os efeitos do Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, editado pelo do Poder Executivo, que altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para “dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica.”



Em sua justificação do Projeto, o Deputado Hélio Schuch destaca o seguinte:

O decreto prevê uma redução gradual de 20% ao ano nos descontos para produtores rurais, até a extinção ao fim de cinco anos. A perspectiva de aumento na conta de luz, em um setor que depende de maquinário elétrico para produzir, gera preocupação no campo.

A medida prevê ainda a eliminação de descontos tarifários acumulados concedidos à irrigação e aquicultura, que permitia que um mesmo consumidor tivesse acesso a dois subsídios ao mesmo tempo. Também atinge quem trabalha com energia solar, eólica e de biomassa (casca de arroz), além de cooperativas de eletrificação rural.

Dessa forma, acabar com os subsídios ao setor rural não tem justificativa, uma vez que os agricultores têm garantidos esses descontos justamente em função da atividade diferenciada que exercem na produção de alimentos nos mais distantes rincões deste Brasil.

A proposição foi distribuída à Comissão de Minas e Energia e a esta Comissão de Constituição e Justiça, à qual incumbe examinar tanto o mérito da matéria quanto ao que designa o inciso I do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria sujeita-se à apreciação do Plenário e tem tramitação ordinária, na forma do art. 151, inciso III, do RICD.

Apensos à proposição principal, encontram-se as seguintes outras proposições: PDL nº 8/2019, PDL nº 15/2019, PDL nº 29/2019, PDL nº 31/2019, PDL nº 32/2019, PDL nº 34/2019, PDL nº 35/2019, PDL nº 77/2019, PDL nº 96/2019, PDL nº 229/2020, PDL nº 133/2021. PDL nº 160/2023, e PDL nº 484, de 2023.

Esse último Projeto de Decreto Legislativo, o PDL nº 484, de 2023, diferentemente das demais proposições que constam deste procedimento, susta não apenas o Decreto nº 9.642, de 29 de dezembro de 2018, mas também o Decreto nº 9.744, de 3 de abril de 2019, que trata de matéria correlata. Esse Decreto estabelece uma exceção na vedação cumulativa de descontos de energia elétrica para os consumidores do grupo B (baixo consumo), mas segue penalizando os demais setores da agricultura,



que já enfrentam o problema crônico dos preços dos insumos e, no plano da concorrência internacional, as dificuldades geradas pelos enormes subsídios declarados ou não declarados que as agriculturas europeia e americana recebem.

Os demais projetos apensados visam ao mesmo objetivo e empregam, em geral, redação quase idêntica à do projeto principal, nada havendo neles a destacar. A exceção aqui é o último apenso, o PDL nº 484, de 2023, ao qual esta relatoria já se referiu, inclusive detalhando a diferença que ele guarda em relação às demais proposições.

A Comissão de Minas e Energia opinou pela aprovação da proposição principal e das proposições apensadas (à exceção das cinco últimas – PDL nº 96/2019, PDL nº 229/2020, PDL nº 133/2021, PDL nº 160/202 e PDL nº 484, de 2023 –, que foram apenas posteriormente), na forma de Substitutivo em que se modificou a redação do artigo 1º do PDL nº 7/2019, para a seguinte redação:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, que “Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica”.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições, na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Na forma da alínea “d” do mesmo dispositivo, este Colegiado também se pronuncia sobre o mérito da matéria, consoante despacho da Presidência.

A União tem competência exclusiva para legislar sobre energia (art. 22, inciso IV, da Constituição da República) e cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar na forma do art. 49, inciso V, da Constituição da República.



Todas as proposições aqui examinadas, isto é, o Projeto de Decreto Legislativo nº de 2019, a totalidade dos seus apensos e o Substitutivo da Comissão de Minas e Energia são, portanto, materialmente constitucionais.

Quanto à constitucionalidade formal, constata-se que não há óbice à iniciativa de Parlamentar na matéria.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria do Projeto, dos apensos e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia, em nenhum momento transgride os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura de todas as proposições ora analisadas as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Elas têm, assim, boa técnica e boa redação legislativa.

No mérito, esta relatoria entende que o Poder Executivo exorbitou da competência que lhe reserva a Constituição da República para regulamentar a lei.

Com efeito, o enquadramento legal do tema (Lei nº 10.848/2004 (modicidade como incentivo na forma do art. 2º, inciso I), Lei nº 13.360/2016 (subvenção ao setor rural na forma do art. 9º) e Decreto nº 7.891/2013 (redução de tarifa em consumo rural na forma do art. 1º, inciso V), deixa clara a instituição de descontos no preço da energia elétrica para um conjunto de agentes e atividades econômicas, como importante instrumento de políticas públicas.

Os decretos ora atacado vão na contramão do previsto na legislação, ficando, desse modo, demonstrado o abuso do poder regulamentar pelo Poder do Executivo.

Nada há a criticar, portanto, no Projeto de Decreto Legislativo sob exame, tampouco nos projetos apensados ou no substitutivo da Comissão de Minas e Energia. Eles são oportunos e convenientes.

O PDL nº 484, de 2023, é mais abrangente. Ao optar por ele, evita-se que se suste apenas o Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018,



hipótese em que matéria muito semelhante à desse Decreto sobreviveria no Decreto nº 9.744, de 3 de abril de 2019.

Com efeito, pelo PDL nº 484, de 2023, ambos os Decretos, agora referidos, são sustados, enquanto as demais proposições se referem (e sustam) tão-somente ao Decreto nº 9.642, de 27 de setembro de 2018.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PDL nº 7/2019, dos apensos, PDL nº 15/2019, nº 29/2019, nº 31/2019, nº 32/2019, nº 34/2019, nº 35/2019, nº 77/2019, nº 8/2019, nº 96/2019, nº 229/2020, nº 133/2021, nº 160/2023 e nº 484, de 2023, bem como do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.

No mérito, voto pela aprovação de todas as proposições ora examinadas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

2025_10263

